

STRAWSON, ESQUEMA CONCEITUAL E CIÊNCIA: O CASO DA PERCEPÇÃO

STRAWSON, CONCEPTUAL SCHEME AND SCIENCE: THE CASE OF PERCEPTION

Daniel Soares da Silva¹

Resumo: Tomando como base a percepção, este artigo visa a examinar a relação entre ciência e esquema conceitual na filosofia de P. F. Strawson. Em outras palavras, a meta é explorar como Strawson entende o papel da ciência na modificação do nosso esquema básico de ideias. Para tanto, a primeira seção expõe como Strawson entende o esquema conceitual e a distinção entre metafísica descritiva e metafísica revisionista. A segunda seção analisa, em primeiro lugar, a concepção sobre a percepção de Strawson, a qual surge do exame crítico da explicação oferecida por Alfred Ayer; em seguida, três perspectivas acerca da percepção (realismo confuso, realismo científico e realismo de senso comum), tais como apresentadas em "*Perception and its objects*", de Strawson, são consideradas; finalmente, examina-se de que modo entender as alegações da ciência que buscam revisar o conceito comum de percepção.

Palavras-chave: Strawson. Percepção. Esquema conceitual. Ciência.

Abstract: Focusing on the perception, this paper aims at examining the relationship between science and conceptual scheme in P. F. Strawson's philosophy. In other words, the purpose is to explore how Strawson understands the role of science in the modification of our basic scheme of ideas. For this, the first section exposes how Strawson understands the conceptual scheme and the distinction between revisionary metaphysics and descriptive metaphysics. The second section analyses, firstly, Strawson's conception of perception, which arises from the critical examination of the account offered by Alfred Ayer; then, three views on perception (confused realism, scientific realism, and common-sense realism), as presented in "*Perception and its objects*", by Strawson, are considered; finally, the paper examines how to understand the claims of science that seek to revise the common concept of perception.

Keywords: Strawson. Perception. Conceptual Scheme. Science.

* * *

Introdução

Este artigo visa a analisar a relação entre ciência e esquema conceitual – tomando como base o caso da percepção sensível – na filosofia de P. F. Strawson (1919 – 2006). Em outras palavras, a meta é explorar, tomando a percepção como objeto central, de que modo Strawson entende o papel desempenhado pelos resultados

¹ Doutorando em Filosofia na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. E-mail: daniel2s1@hotmail.com

científicos na modificação do esquema básico de ideias com que operamos nas nossas interações no mundo.

Será que, em decorrência da pressão exercida pelas descobertas científicas, é necessário revisarmos a nossa estrutura de ideias e adotarmos a descrição do fenômeno perceptivo fornecida pela ciência? Ou, em vez disso, cabe reconhecer a inalterabilidade do nosso esquema conceitual, ainda que não recusemos a força das pretensões científicas? Como se caracterizam as diferentes posições em debate e qual é a solução desenvolvida pelo próprio Strawson? Essas questões serão perseguidas no decorrer deste trabalho, cuja investigação é delimitada pelas seguintes obras de Strawson: *Análise e Metafísica* (cap. 5), *Ceticismo e Naturalismo* (cap. 2) e o artigo “*Perception and its objects*”, além de algumas passagens de *Individuals*.

Para realizar os objetivos estabelecidos, começarei apresentando o que Strawson compreende por esquema conceitual e pelo par metafísica descritiva / metafísica revisionista – esse será o assunto da seção 1.

Em seguida, na seção 2, que adota como referência maior o percurso estabelecido em “*Perception and its objects*”, eu analiso, em primeiro lugar, a concepção sobre a natureza da percepção defendida por Strawson, a qual surge do exame crítico da explicação oferecida por Alfred Ayer. Em seguida, considero três perspectivas acerca da percepção (realismo confuso, realismo científico e realismo de senso comum), tais como apresentadas naquele texto; para, depois – seguindo Strawson –, avaliar de que modo devem ser entendidas as alegações da ciência que buscam revisar o conceito comum de percepção.

Finalmente, na conclusão, faço algumas observações de natureza mais geral em torno do conflito que está na origem do debate aqui examinado.

1. Metafísica e esquema conceitual

O que se deve entender exatamente pela expressão “esquema conceitual”? A resposta a essa pergunta está associada às tarefas que Strawson atribui à metafísica, podendo ser melhor compreendida à luz da famosa distinção, por ele estabelecida, entre *metafísica descritiva* e *metafísica revisionista* (ou *revisória*).

Com efeito, na sua visão, Strawson considera que uma reflexão metafísica é revisionista quando pretende corrigir ou reformar o entendimento humano. Dito de outra maneira, a metafísica revisionista tem como objetivo promover a modificação

daqueles aspectos da nossa estrutura cognitiva que – por algum razão – são tidos como inadequados. Busca-se, desse modo, substituir o esquema existente por uma nova estrutura, que seria mais confiável de um ponto de vista epistêmico.

Em oposição à metafísica revisionista, existe a metafísica descritiva. A finalidade, nesse caso, não é alterar o nosso esquema pré-teórico – digamos assim –, mas articulá-lo claramente, fornecendo uma visão mais explícita dos seus elementos constituintes e das diferentes interconexões por eles mantidas. Dessa maneira, a metafísica descritiva visa a tão somente descrever a estrutura conceitual humana, a qual está subjacente a toda nossa visão do mundo. A analogia contida na passagem abaixo capta perfeitamente os propósitos da metafísica descritiva:

Da mesma forma que possuímos um domínio funcional da gramática de nossa língua nativa, também possuímos um domínio funcional desse equipamento conceitual. Sabemos manejá-lo, usá-lo no pensamento e no discurso. Mas tal como o domínio prático da gramática não implica a habilidade de determinar quais são as regras que observamos sem esforço, do mesmo modo o domínio prático do equipamento conceitual não implica de forma alguma possuir entendimento claro, explícito, dos princípios que governam a utilização do equipamento [...]. Assim [...], do mesmo modo que o gramático, especialmente o gramático moderno de modelos, se esforça em produzir uma análise sistemática da estrutura das regras que seguimos sem esforço ao falar gramaticalmente, também o filósofo se esforça para produzir uma análise sistemática da *estrutura conceitual* geral cujo domínio tácito e inconsciente é mostrado na prática cotidiana (STRAWSON, 2002, p. 21).

Os trechos seguintes, de *Individuals*, também ajudam a esclarecer o que está aqui em questão:

A metafísica descritiva limita-se a descrever a estrutura existente do nosso pensamento sobre o mundo, a metafísica revisionista diz respeito a produzir uma estrutura melhor [...] Talvez nenhum metafísico real tenha sido inteiramente, em intenção ou resultado, uma coisa ou outra. Mas nós podemos distinguir de modo geral: Descartes, Leibniz e Berkeley são revisionários. Aristóteles e Kant são descritivos. Hume [...] é mais difícil situar. Ele aparece ora sob um aspecto, ora sob outro (STRAWSON, 2006, p. 9).

Nessa perspectiva, convém perceber que a metafísica não é tomada como uma modalidade de saber a respeito de objetos específicos, posição tradicional na história do pensamento filosófico. Em vez disso, para Strawson, o sentido da metafísica está vinculado à ideia de busca dos traços mais gerais do nosso equipamento conceitual

(STRAWSON, 2002, p. 41) e à descrição unitária e sistemática das conexões conceituais que formam a “armação do pensamento” (STRAWSON, 2002, p. 41-42).

Cabe observar, igualmente, que Strawson não nega de antemão a possibilidade de mudanças no nosso esquema conceitual. De fato, o que ele sustenta apenas é que tais alterações não se aplicam aos conceitos básicos. A respeito da ideia de conceito básico, é possível ler o seguinte, em *Análise e Metafísica*:

[...] (U)m conceito ou conceito-tipo é básico em sentido relevante se pertence a um conjunto de conceitos gerais, ou conceitos-tipo, que penetram o nosso pensamento, que são irreduzíveis e que juntos formam uma estrutura – estrutura esta que constitui a armação do pensamento e da fala correntes e que é pressuposta pelas disciplinas especializadas ou avançadas que contribuem, de diversas maneiras, para a nossa imagem total do mundo (STRAWSON, 2002, p. 41-42).

Um conceito básico é o de corpo material. Com efeito, pensamos que o mundo é composto por entidades espaciotemporais, as quais desempenham função fundamental nas identificações que fazemos nas nossas interações no mundo (STRAWSON, 2006, p. 39). Outros conceitos que não o de corpo, porém, podem se prestar à modificação, quer devido à ciência, quer em virtude do desenvolvimento do próprio esquema conceitual.

No que diz respeito à percepção, o debate surge associado a uma pressão originada da ciência no sentido de uma revisão conceitual de tal noção. Com efeito, segundo Strawson, a ideia de relação causal está contida no próprio conceito comum de percepção e, exatamente por isso, a ciência volta-se para tentativas de elucidação do mecanismo causal que estaria na origem da experiência perceptiva. Entretanto,

Quando estudamos os mecanismos causais da percepção – a física e a fisiologia da percepção – o nosso ponto de vista sobre a questão pode sofrer uma mudança ou deslocamento radical (STRAWSON, 2002, p. 91).

Em outras palavras, fica aberta a possibilidade de que o desenvolvimento do conhecimento científico (no caso, das pesquisas voltadas para a percepção) altere certos dos nossos conceitos básicos. A próxima seção analisa com mais detalhes alguns aspectos do debate em torno dessa mudança e de suas características centrais.

2. Percepção

2.1 A natureza da experiência perceptiva

Como analisar filosoficamente a percepção? “*Perception and its objects*”, de Strawson, procura lidar com essa questão. Esse escrito, juntamente com algumas passagens de *Análise e Metafísica*, fornecerá o fio condutor para a organização das questões tratadas neste texto.

“*Perception and its objects*” é dividido em três grandes seções. No começo da primeira parte, é apresentada a posição de Ayer, contra quem Strawson argumenta, e que defende uma forma sofisticada de realismo (STRAWSON, 1988, p. 92). Segundo a explicação de Strawson da visão de Ayer, para esse último, a experiência é tomada como um dado puro, sendo os nossos juízos perceptivos uma extrapolação do conteúdo da experiência sensível, o que significaria tomá-los como formando uma teoria sobre o mundo.

Desse modo, resulta que, nessa concepção, a noção de objeto físico passa a ser entendida como interpretação dos dados imediatos da experiência perceptiva. Eis um trecho em que Strawson procura sintetizar esse aspecto da perspectiva de Ayer:

De acordo com Ayer, o ponto de partida de uma reflexão séria sobre a questão da percepção consiste no fato de que os nossos juízos normais sempre ‘vão além’ da experiência sensível que os dá origem; pois esses juízos contêm implicações que não estariam em qualquer ‘descrição estrita’ dessa experiência. Ayer vê os juízos perceptivos comuns como refletindo ou incorporando o que ele chama de visão de senso comum do mundo físico, que é, entre outras coisas, uma visão realista; e ele vê essa visão mesma como tendo o caráter de ‘uma teoria sobre os dados imediatos da percepção’ (STRAWSON, 1988, p. 92-93).

Segundo Strawson, na perspectiva de Ayer, a análise da percepção revela dois componentes. Por um lado, existiria o conteúdo da experiência sensível, de caráter subjetivo e passível de ser descrito em termos apenas de propriedades fenomênicas. Por outro lado, existiria o mundo percebido. Desse modo, para Ayer, os juízos que exprimem a experiência – propriedades fenomênicas enquanto percebidas pelo sujeito – mantêm independência dos julgamentos a respeito de situações no mundo percebido, de modo que um sujeito possuir determinado conteúdo da experiência sensível distingue-se

analiticamente do momento em que tal sujeito afirma que o mundo é do modo representando pela sua percepção.

Contudo, será que essa perspectiva pode ser corretamente atribuída ao homem comum? Dito de outra forma, será que a explicação elaborada por Ayer capta de maneira acurada a natureza da nossa experiência perceptiva, que se faz presente nas nossas relações corriqueiras com o mundo? Para Strawson, quando ressalta distinção entre conteúdo da experiência e juízos sobre o mundo, Ayer descreve equivocadamente parte de nossa estrutura conceitual.

De fato, segundo Strawson, não é possível caracterizarmos a natureza da experiência perceptiva sem fazermos referência – numa perspectiva realista – a objetos no mundo. Em outras palavras, nos atos de percepção, temos uma consciência imediata da existência das coisas, o que exige que qualquer análise que pretenda fazer jus à complexidade de tal experiência tome os objetos físicos não como teoria ou interpretação, mas como dados juntamente com a própria experiência.

Assim, não seríamos capazes de expressar o conteúdo da nossa experiência perceptiva sem, no ato mesmo, recorrermos a conceitos sobre objetos físicos no mundo. Eis um trecho de Strawson nesse sentido:

Nossos juízos perceptivos, como Ayer reconhece, incorporam ou refletem uma certa visão do mundo, como contendo objetos com variadas propriedades, localizados num espaço comum e persistindo na sua existência independentemente das nossas percepções interrompidas e passageiras deles. A formação de tais juízos implica a nossa posse e aplicação dos conceitos de tais objetos. [...] a nossa experiência sensível mesma está completamente permeada por aqueles conceitos de objetos que figuram em tais juízos (STRAWSON, 1988, p. 95-96).

Evidentemente, essa análise não deve ser tomada como acarretando a impossibilidade de nos enganarmos. Há vários fatores que podem influenciar a percepção, fazendo com que sejamos levados a adotar, com base em tais situações, julgamentos falsos. Tudo o que Strawson busca fazer é descrever o nosso “esquema de pensamento”, para o qual a percepção sensível é uma faculdade que, na maioria das vezes, mostra-se suficientemente confiável (STRAWSON, 2002, p. 84).

2.2 Variantes da concepção realista

Na segunda parte de “*Perception and its objects*”, Strawson tem como objetivo delinear alguns dos principais traços desse esquema de pensamento, que, no caso da percepção, está vinculado a uma perspectiva de caráter realista, tal como esboçada anteriormente. Para tanto, são examinadas três versões da posição realista: o realismo confuso, o realismo científico e o realismo representativo.

Tal como Strawson o caracteriza, o realismo confuso é a posição, mencionada por Mackie, que não separa percepção e objeto percebido. Strawson afirma, porém, que, no nosso esquema de pensamento, distinguimos naturalmente as nossas experiências sensíveis (de visão, audição etc.) e os objetos (que são vistos ou ouvidos), não havendo identificação entre as duas categorias.

Por sua vez, o realismo científico define-se pelo fato de defender que somente as propriedades mencionadas pela física podem fazer parte da descrição correta dos objetos físicos. Para essa forma de realismo, os objetos possuem realmente apenas aquelas propriedades que, na tradição filosófica, são denominadas *qualidades primárias* (extensão, forma etc.). As demais propriedades são tomadas como “subjetivas”, de modo que:

[...] o fato de percebermos as coisas como possuindo essas qualidades sensíveis é uma consequência causal da constituição física das próprias coisas e também do nosso equipamento fisiológico. Se este fosse diferente, perceberíamos as coisas diferentemente. A conclusão implicada pelo uso da palavra “subjetivas” – uma conclusão que às vezes é apresentada explicitamente – é que as qualidades sensíveis não pertencem real ou intrinsecamente às coisas que ocupam espaço; essas coisas realmente possuem apenas as propriedades que lhes são atribuídas nas teorias físicas, em termos das quais os mecanismos físico-fisiológicos da percepção são explicados (STRAWSON, 2002, p. 91).

O problema, aqui, é que, na nossa experiência comum, percebemos os objetos como tendo forma, tamanho etc., somente através de outras características tidas pelos objetos, como cor ou textura, digamos – propriedades que constituem o que, tradicionalmente, tem sido considerado como qualidades secundárias. Ora, são exatamente essas características, de caráter subjetivo, que o realismo científico desconsidera. Assim, como resultado, não perceberíamos os objetos como realmente são.

Para Strawson, a terceira versão da perspectiva realista, que se situa entre os extremos do realismo confuso e do realismo científico, é o de senso comum, abordados tanto por Ayer quanto por Mackie. Contudo, no relato de Strawson, o realismo de Mackie é apresentado como também sendo de tipo representativo.

De acordo com o representacionismo, ainda segundo Strawson, a percepção é sempre representação de algo. Para Mackie, o senso comum atribui tanto qualidades primárias quanto qualidades secundárias aos objetos. “Como Mackie coloca, o senso comum permite que ‘as-cores-como-nós-as-vemos sejam *semelhantes* às qualidades realmente existentes nas coisas” (STRAWSON, 1988, p. 102). No entanto, segundo Strawson, não exerce qualquer papel central no nosso esquema de pensamento a ideia de *semelhança* entre percepção e coisa percebida.

De fato, na descrição proposta do nosso esquema conceitual, não há espaço para essa dimensão representativa, que acaba transformando a percepção numa entidade epistêmica intermediária, abrindo brechas para diversas alegações que põem em questão a confiabilidade da capacidade perceptiva humana. Desse modo, seria uma suposição gratuita a introdução, via a ideia de semelhança, de objetos sensíveis entre nós e os objetos físicos do mundo (STRAWSON, 1988, p. 102).

Na realidade, a concepção defendida por Strawson é uma variante da teoria causal da percepção. Para esse tipo de visão, a análise da percepção deve destacar o fato de que, usualmente, concebemos uma percepção qualquer como efeito causado por determinado objeto. Assim, o objeto aparece como tendo as qualidades que apresenta – é o próprio objeto que se faz presente quando da percepção:

O realismo verdadeiro do senso comum, portanto, realmente atribui as propriedades visuais e táteis às coisas físicas; mas o faz não no espírito da noção de percepção representativa, mas no espírito da noção de percepção imediata e direta (STRAWSON, 1988, P. 102-103).

A consideração das perspectivas realistas é feita com vistas ao delineamento dos traços que definem o conceito comum de percepção. Além da relação de dependência causal, cuja ideia estaria contida no nosso esquema pré-teórico desde o início (STRAWSON, 1988, p. 103), que outros elementos caracterizariam essa noção de percepção, tal como Strawson a entende? Aqui, podem ser mencionadas a ideia de centralização e a vinculação de percepção e linguagem.

Brevemente, o primeiro aspecto objetiva destacar o fato de que qualquer experiência perceptiva está necessariamente centralizada em alguma região espaciotemporal (STRAWSON, 2002, p. 86). Isto é, percebemos sempre os objetos em determinada posição espacial e associados a um momento do tempo preciso. A outra característica diz respeito ao entrelaçamento entre percepção e linguagem. Isso significa, na visão de Strawson, que tudo o que percebemos mostra-se atravessado – por assim dizer – pela linguagem e pelos conceitos que utilizamos. Em outras palavras, a ideia é que:

A natureza da nossa própria experiência perceptiva, da experiência sensível, é inteiramente condicionada pelos juízos que nos dispomos a fazer sobre o mundo objetivo quando temos essa experiência; é, digamos assim, inteiramente permeada – saturada, poderíamos dizer – com os conceitos empregues nesses juízos (STRAWSON, 2002, p. 87).

Entretanto, ainda que o relato de Strawson descreva adequadamente o conceito corrente de percepção, cabe ainda nos perguntarmos se tal conceito não precisa ser modificado em vista do que a ciência tem a dizer sobre o assunto. Esse tema ocupa a terceira parte do artigo de Strawson e é examinado na próxima seção.

2.3 Percepção e relativização

De modo geral, a questão sobre a possibilidade de mudança dos nossos conceitos básicos relativos à percepção surge uma vez que certos resultados teóricos que concernem à experiência perceptiva – podemos pensar aqui em resultados da física, mas também da fisiologia e da psicologia da percepção – implicam que a maneira como entendemos o conceito de percepção é inadequada, não se justificando em termos científicos. Assim, será que não deveríamos rever tal conceito, por mais entranhado que ele esteja nos nossos modos de pensamento? Pois, afinal de contas,

[...] a profundidade e a realidade do nosso comprometimento habitual ao esquema do senso comum não equivalem, por si mesmas, a uma demonstração da imunidade desse esquema à crítica filosófica (STRAWSON, 1988, p. 107).

Como lidar com esse conflito entre imagens – a imagem científica e a imagem do senso comum? Uma posição é a do realista científico, que poderia distinguir entre “o ponto de vista irrefletido da vida comum” e o “ponto de vista refletido da filosofia,

informado pela ciência”, com esse segundo nível sendo tomado como uma correção e superior à primeira perspectiva (STRAWSON, 1988, p. 107). Essa concepção, porém, transforma os seres humanos em indivíduos que estão sistematicamente sofrendo de ilusão perceptiva.

Assim, é necessário buscar uma abordagem que faça menos agressão à maneira como os seres humanos concebem a si mesmos. Isso pode ser alcançado, segundo Strawson, reconhecendo uma relatividade de pontos de vista perceptivos. De forma mais específica, a proposta consiste em reconhecer a relativização dos critérios e padrões aplicados, conforme a situação exigir.

Desse modo, confrontados com a pergunta de como são as coisas realmente (o sangue é realmente vermelho? A grama é realmente verde? etc.), deveríamos dizer que a resposta depende do padrão adotado. De fato, tal como aparecem na nossa experiência vivida do mundo, o sangue é vermelho e a grama é verde; no entanto, tomando como padrão o que a ciência diz, mostram-se desprovidos de cor.

Nessa concepção, o nosso esquema conceitual permite integrar as duas perspectivas, desde que devidamente relativizadas. Isso é assim uma vez que atentemos para os diferentes critérios de aplicação de uma expressão como “as coisas como são realmente” (STRAWSON, 2002, p. 92): num contexto científico, em que se adota como critério de realidade a teoria física, uma descrição de “as coisas como são realmente” exclui as chamadas qualidades secundárias ou subjetivas; no senso comum, porém, consideramos como reais as experiências mesmas que são eliminadas pela descrição científica.

Conclusão

O debate no qual Strawson toma parte, tal como apresentado nas páginas precedentes, pode ser expresso como tendo na sua origem um conflito. Trata-se do conflito entre a descrição científica e a descrição comum do fenômeno perceptivo.

Por um lado, temos certas crenças e expectativas quanto aos objetos e indivíduos, as quais decorrem de nossas interações frequentes com eles no mundo e estão enraizadas na nossa estrutura de pensamento. De maneira geral, achamos natural falar dos objetos como se fossem de fato coloridos, indicando desse modo nossa adesão pré-teórica a uma determinada versão do realismo. Em outras palavras, agimos como se as cores “estivessem” nas próprias coisas. Assim, quando alguém afirma que “a cadeira

é azul”, usualmente entende-se que o azul faz parte da cadeira tanto quanto o seu estofamento ou formato, digamos.

Por outro lado, o que a física diz, *grosso modo* – ou pelo menos de acordo com certa interpretação sumária do que física diz –, é que ser azul é ter certa constituição que reflete o espectro de luz de uma forma bem precisa, fazendo com que os seres humanos, em condições normais (de iluminação, com um sistema visual específico etc.), tenham a experiência daquilo que é chamado de “azul”. Ou seja, as cores revelam-se um assunto muito mais complexo do que dá a entender a descrição ordinária – em particular, algo ter uma certa cor dependerá tanto do aparelho perceptivo do sujeito quando da constituição física do objeto.

Não é claro como conciliar as duas formas de descrição, o que permite diferentes concepções filosóficas. No entanto, talvez possamos estabelecer, como *desideratum* geral para qualquer proposta de análise, alcançar o maior equilíbrio possível entre as pretensões de validade da ciência e do nosso esquema conceitual. Nunca será o caso, porém, de o nosso esquema conceitual ser substancialmente substituído pela ciência ou pelos esforços da metafísica revisionista – alguns conceitos e princípios nossos simplesmente não são suspensos em função do que dizem teorias mais especializadas. Tal seria precisamente o caso da percepção, a se acreditar em Strawson.

Referências

- STRAWSON, P. F. *Análise e Metafísica*. Trad: de Armando Mora de Oliveira. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.
- _____. “Perception and Its Objects”. In Jonathan Dancy. (ed.). *Perceptual Knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 1988, Chapter 5, p.92-112.
- _____. *Individuals*. New York: Routledge, 2006.
- _____. *Ceticismo e naturalismo*. Trad. de Jaimir Conte. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2008.